

JORNAL DA CTB

Diário da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil



Edição 151 | Quarta-feira 25.04.2018

[f /Portalctb.org.br](#)

[t @PortalCTB](#)

[i @PortalCTB](#)

Presidente Adilson Araújo

GOLPE MIDIÁTICO

VALE TUDO NA OFENSIVA PARA PRIVATIZAR A ELETROBRAS



EM UMA investida golpista, a direção da Eletrobras pagou quase R\$ 2 milhões para piorar a imagem da empresa. A contratada, RP Brasil Comunicações, do grupo FSB Comunicação, maior assessoria de imprensa do país, tinha como objetivo mobilizar a opinião pública e formar o ambiente favorável para a privatização, tendo como estratégia a divulgação de um cenário de mazelas e problemas da estatal.

▶ BELO HORIZONTE



CTB CONDENA TRUCULÊNCIA DA PM CONTRA PROFESSORES

Em nota, a CTB Minas Geraí repudiou a ação violenta da PM contra professores, crianças e famílias na tarde desta segunda (23). Os professores das Unidades Municipais de

Educação Infantil (Umeis) reivindicam a equiparação salarial com os profissionais que trabalham nas Umeis do ensino fundamental. Os professores iniciaram greve por tempo indeterminado.

LIBERDADE PARA LULA



O ministro do STF Edson Fachin liberou nesta segunda (23) para julgamento na Segunda Turma recurso do ex-presidente Lula contra prisão em 2ª Instância. A ação será analisada entre os dias 4 e 10 de maio pelos ministros em uma plataforma interna do STF. A decisão de Fachin pode beneficiar o ex-presidente Lula, uma vez que todos os ministros que compõem a Segunda Turma, com exceção do próprio Fachin, ou seja os ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Celso de Mello, votaram a favor do habeas corpus para Lula em plenário do Supremo no dia 4 de abril.

40% DOS MENORES DE 14 ANOS CONDENADOS À POBREZA

Após o golpe a situação social no Brasil se agravou e o país voltou ao Mapa da Fome

POR TAL CTB
imprensa@portalctb.org.br

MAIS de 40% de crianças e adolescentes de até 14 anos vivem em situação domiciliar de pobreza no Brasil, o que representa 17,3 milhões de jovens. Os que vivem em extrema pobreza chegam a 5,8 milhões, ou seja, 13,5%. Os dados são da publicação "Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil". O estudo relaciona indicadores sociais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, compromisso global para a promoção de metas de desenvolvimento até 2030, do qual o Brasil é signatário junto com outros 192 países.

Outra meta distante do cumprimento é sobre a er-

radicação do trabalho infantil. O acordo prevê que, até 2025, os países erradiquem todo tipo de trabalho escravo e trabalho infantil. Em relação à renda, o Nordeste e o Norte

na área da educação, com um universo de 70 mil sócios e estruturada em todo o estado da Bahia.

"O processo de desenvolvimento da estrutura da APLB é razão direta das ações e conquistas efetivas da categoria no percurso de sua história, em que se vinculam intimamente as reivindicações econômicas, as questões pedagógicas e as formas de organização", afirmou o coordenador-geral da APLB-Sindicato, o professor Rui Oliveira.

A APLB completou 66 anos de fundação nesta terça (24/04). A APLB-Sindicato na condição de entidade representativa da educação no Brasil é o 3º maior sindicato do Brasil

Ele lembrou que "a entidade prossegue na luta pela liberdade e democracia, mantendo acesa a chama das novas ideias, da força, da ousadia e principalmente da união. A nossa luta não pode parar".



continuem apresentando os piores cenários, com 60% e 54% das crianças, respectivamente, vivendo na condição de pobreza, enquanto a média nacional é de 40,2%.

Acidentes de Trabalho



NESTA quinta 26/04, na sede do Dieese, o Fórum Nacional das Centrais Sindicais em Saúde do Trabalhador e Trabalhadora realiza o Seminário 28 de Abril - Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho.

TOQUE DE CLASSE

Legitimidade da assembleia

Aprofundar a discussão sobre as consequências da lei celerada continua na ordem do dia. A rapidez desembastada como foi aprovada não conferiu o tempo necessário para abordagens mais densas.

As publicações "Contribuição Sindical Como Direito Fundamental", de autoria da advogada Luciana Ferreira Lima e do Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso e "Custeio Sindical Aprovado nas Assembleias de Categoria", de autoria dos desembargadores João Batista Martins César (TRT 15), Marcelo José Ferlin D'Ambroso (TRT 4) e do Procurador Regional do Trabalho aposentado, Raimundo Simão de Melo, são duas leituras imperativas para todos.

"Contribuição Sindical como Direito Fundamental" afirma que "a contribuição sindical não nasce em decorrência da associação sindical, mas sim como consequência da representação coletiva e individual das pessoas integrantes das categorias profissionais", dado o panorama jurídico do modelo sindical brasileiro, formatado na Constituição Cidadã de 1988.

A segunda publicação faz uma discussão sobre o custeio sindical no Brasil, desde sua implementação em 1940 (Decreto-Lei 2.377/40), as discussões do Fórum Nacional do Trabalho de 2004, até a extinção de sua compulsoriedade, em 2017. O livro traz uma importante reflexão sobre a arbitrariedade da extinção da contribuição de forma tão abrupta.

O tema central concerne na defesa da legitimidade das assembleias das categorias para deliberar sobre o custeio da entidade sindical, uma vez que a representação sindical por categoria não foi alterada pela lei. Leia o artigo completo no Portal CTB.



Cristiane Oliveira é assessora da Secretaria-Geral da CTB.